

NOTAS E INFORMAÇÕES

Econ - Brasil

Crescer, só investindo

Governo e empresários parecem ter-se convencido de que o dinamismo de uma economia não se mede pelo consumo, mas sim pelo volume dos investimentos. A crise brasileira, que alguns querem atribuir à dívida externa, tem sua fonte na ausência de investimentos suficientes, em consequência do desaparecimento da capacidade de poupança do governo, de taxas de juro que tornam impossíveis tais investimentos e na política que afastou os investimentos estrangeiros, que tiveram valioso papel multiplicador na economia nacional.

Parece que essa conscientização da prioridade a ser dada a esse item é fruto da volta do diálogo com o empresariado, depois de meses de desconfiança da parte do governo. Os empresários, eles mesmos, demoraram a verificar que numa economia em que a mola do crescimento se situa no progresso tecnológico, mesmo em aparente clima de recessão, é necessário realizar investimentos, sem os quais não se alcança progresso.

Cabe ao governo — que estaria preparando um ambicioso programa para tornar realidade nova política industrial, a qual até agora não saiu do papel — tomar a iniciativa de oferecer condições às empresas de levar adiante seus programas de modernização e inovação.

É significativo que o governo tenha ligado esse processo de investimentos a dois fatos es-

senciais: de um lado, a necessidade de aumentar as exportações; de outro, a necessidade de favorecer a entrada do capital estrangeiro. A equipe econômica de Fernando Collor não escondia sua repulsa a um aumento das vendas ao Exterior, sob o pretexto de que, assim, se estava contribuindo para aumentar o superávit da balança comercial, com consequências nefastas sobre a expansão monetária. E esqueceu que o aumento das exportações deve ter por objetivo o aumento paralelo das importações, neutralizando, assim, os efeitos monetários do superávit da balança comercial. Falou-se muito da necessidade de competir, esquecendo-se de que somente a exportação permite medir tal capacidade de concorrência.

Agora, o governo está pensando em voltar a oferecer créditos para a exportação. Trata-se de subsídios que todos os países industrializados, mesmo os mais ortodoxos, praticam em grande escala. Quando se consideram as taxas internas de juro, sabemos que não se pode contar com financiamentos normais. O ideal seria obter recursos externos para isso — o que, até agora, a falta de acordo com os credores estrangeiros impede. Até chegar a esse acordo, é mister que o governo ofereça



aos empresários nacionais condições de juros adaptados à realidade do mercado internacional. Paralelamente, não podemos exigir que os clientes estrangeiros assumam o ônus de impostos internos. Por isso, é preciso aceitar algumas isenções. Podemos argumentar que a situação das finanças públicas não comporta tamanha generosidade. Mas é preciso colocar o problema nas suas dimensões reais: a exportação ficará marginal

em nossa economia, mas contribuirá para aumentar as vendas internas, isto é, para aumentar a arrecadação do Tesouro, compensando créditos subsidiados e isenção de impostos quando se trata de exportação.

É importante que o governo, ao querer dar prioridade a investimentos, esteja pensando em estimular investimentos estrangeiros diretos. Eles tiveram, na história brasileira, grande efeito multiplicador na economia, ao tempo que foram portadores de nova tecnologia, de que nos aproveitamos plenamente. A crise dos investimentos nacionais acompanhou a queda dos investimentos estrangeiros, mas isso não foi suficientemente reconhecido.

É preciso, antes de qualquer estímulo legal, resolver o problema da dívida externa. Não podemos ter dúvida quanto ao fato de que a

queda dos investimentos estrangeiros e o aumento das remessas de dividendos coincidem com a crise da dívida externa. Se os credores não forem pagos, existem sérias dúvidas de que os investidores poderão ser remunerados normalmente. Isso, aliás, se verificou na realidade. Sem a solução desse problema será inútil mudar a legislação sobre o capital estrangeiro. Mas isso não quer dizer que, uma vez normalizada a situação com os bancos credores, não devam modificar o estatuto do capital estrangeiro. O governo já entendeu claramente o que deve ser modificado. Em primeiro lugar, cabe reduzir o ônus fiscal sobre a remessa de dividendos ao Exterior. Não devemos pensar que com isso iremos estimular as remessas, as quais voltarão, numa situação normal, a reduzir-se — desde que haja aumento dos investimentos. É preciso fixar normas mais seguras quanto aos prazos para a remessa efetiva de dividendos. Finalmente, temos de dar garantias de que a política cambial seguirá regras estáveis e não será colocada a serviço de uma ilusória política de estabilização de preços.

A última dúvida poderia ser em torno da retomada de investimentos num clima de recessão. Podemos ter a certeza de que, se as condições de financiar investimentos foram preenchidas, num país que não investe há dez anos, os eles voltarão a se realizar.